

Economia solidária

uma experiência pedagógica na (cooper)ação

João Carlos Tedesco*
Luiz Costella**

Introdução

O presente texto foi escrito com o objetivo de inserir a discussão do tema *economia solidária* como um horizonte de pedagogia social. O material apenas pontua algumas idéias e experiências de um conjunto complexo de produções sobre o campo da ação solidária promotora de emprego e renda.

A Economia Popular Solidária - EPS - concretiza-se quando um coletivo de pessoas se predispõem à organização de empreendimentos solidários. O isolamento é negativo ao crescimento da EPS. A articulação

dos empreendimentos favorece seu crescimento e a possibilidade de interferir nos processos econômicos mais amplos, buscando um desenvolvimento sustentável.

Encontramos na região de Passo Fundo muitas experiências solidárias, das mais diversas formas: cooperativas, associações, condomínios, grupos coletivos, grupos comunitários, microempresas solidárias. A princípio, podemos questionar se uma organização jurídica em forma de *microempresa* poderia ser considerada uma economia popular solidária. Da mesma forma, podemos nos perguntar o que garante que uma as-

* Professor da UPF, especialista em Economia e doutor em Ciências Sociais. Simpatizante das ações associativas de âmbito solidário. Estuda aspectos socioeconômicos e culturais do meio rural, bem como formas de organização de vida social e de trabalho de ex-camponeses estabelecidos na periferia urbana de Passo Fundo.

** Luiz Costella é assessor e coordenador do programa de Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas Diocesana de Passo Fundo, entidade que propõe formas de geração de renda e economia popular solidária. Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo - UPF e Especialista em Cooperativismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

sociação ou cooperativa é uma economia popular solidária?

Convém clarear nosso conceito de economia popular solidária. Esse horizonte econômico, ainda que periférico, é organizado por grupos coletivos que partilham o trabalho (produção, comercialização, prestação de serviços, distribuição...) num objetivo comum. O empreendimento econômico solidário caracteriza-se por trabalhar dois níveis de relacionamento: o nível *interno*, que compreende o relacionamento entre os diversos membros do grupo, sua organização, administração, estrutura, distribuição de tarefas, execução, sobras e perdas, no qual a democracia e a participação são, necessariamente, pontos fundamentais; o nível *externo*, que compõe a relação do grupo com outros grupos, organizações e movimentos da sociedade como um todo, com as demandas sociais e o mercado. É importante que essa relação reflita o compromisso com formas solidárias de relacionamento e trabalho.

Podemos, então, afirmar que é possível existir, como de fato existem, pequenas microempresas com economia popular solidária. Em Passo Fundo, existem diversos empreendimentos que têm sua forma jurídica como microempresa e, na sua organização, vivem os princípios da economia solidária, do cooperativismo. Dentre essas experiências, encontramos pequenas padarias - é o caso dos grupos Doce Sabor, Massas Caseiras Delícias, São Sebastião e Frios & Cia.

Para o momento, aqui não elencaremos todas as experiências de economia solidária de Passo Fundo. Apenas queremos mostrar sua importância, dinamismo, organização em geral e as formas estratégi-

cas e alternativas de que sobretudo os de menores condições econômicas lançam mão para sobreviver.

Traremos para a discussão alguns aspectos do mundo do trabalho hoje; da necessidade de encontrar formas alternativas e que promovam a ruptura desse modelo de organização socioeconômica indutor de exclusão e de inclusão marginal do campo popular. A discussão sobre economia popular, solidária, da comunhão, das redes, de autogestão, de cooperativas, etc. já se constitui num campo abrangente de análise teórico-empírico-descritiva.

No presente material, não vamos adentrar no seio da discussão conceitual, nem no campo relacional das várias dimensões desse tipo de economia.¹ Pensamos apenas abranger alguns aspectos da chamada *economia solidária*, um pouco de seus aspectos constituintes, norteadores, problemáticos e desafiadores, bem como elencar alguns aspectos de ordem empírica observados em acompanhamento junto a grupos organizados no âmbito solidário na região de Passo Fundo, principalmente no meio rural e na periferia.

Não é, entretanto, uma análise descomprometida e aleatória. Se a escolhemos para fazer parte do acervo temático, é porque acreditamos na sua importância social e na concretização de um campo pedagógico promotor de uma organização societária que prima por valores que a organização da sociedade capitalista atual ignora, exclui, e/ou não são passíveis de realização.

Questões ligadas ao espaço do trabalho

O chamado *mundo do trabalho* não se tornou problemático única e exclusivamente nas últimas duas décadas, quando o *mercado de trabalho* apresentou-se muito mais limitado, precário e excludente. Há um conjunto de fatores que se interligam com esse horizonte, com os trabalhadores preferencialmente: sua qualificação, autonomia, organização, proteção, emancipação, flexibilização, etc.; que manifestam e redefinem o significado dessa realidade *perene* e cotidiana do ser humano *frente e no* conjunto das transformações contemporâneas.

Concebendo a problemática exposta pelo seu lado mais pragmático, que é emprego/desemprego, o que se apresenta é desolador: está provocando crises sistêmicas globais, nacionais e regionais. Pelo veio da subjetividade, percebemos problemas que vão desde a falta de identidade (estatuto social), de interação com o saber-fazer, do estigma de ser/estar desempregado, bem como da perda de referenciais apropriadores e objetivadores que o trabalho promove e que caracteriza o ser humano.

A *naturalização* da inovação tecnológica, que parece ser irreversível, em correspondência aos processos produtivos, às políticas públicas recessivas de governos nacionais, dentre outras dinâmicas estruturais e conjunturais, vem demonstrando conseqüências nas relações de produção e reprodução do capital e do trabalho (em detrimento deste), no enfraquecimento das formas organizacionais dos trabalhadores, nas formas diferenciadas de emprego, no aumento desmesurado do desemprego,

subemprego, em última instância, na exclusão socioeconômica, na alienação de si mesmo e de seu objeto de trabalho, nas formas variadas de extração de mais-valia. Esse é o lado perverso e contraditório da forma como o capital e seus agentes mundiais *normatizam* o mercado e o processo *civilizatório* do capitalismo.

O trabalho sempre foi um fator de integração, de socialização e de identidade social. Políticas públicas de pleno emprego (keynesianas ou não), ações sindicais e políticas de compromisso social (trabalho-proteção) configuravam imperativos de regularidade, homogeneidade, de adaptação social; davam a tônica da *centralidade do trabalho*. Esse processo hoje é outro. Percebe-se claramente que as formas integradoras do trabalho estão se desestabilizando em razão não só do alto índice de desemprego e exclusão social, mas também pelas novas configurações do emprego. Esse se apresenta multifacetado, precário, regido por múltiplas determinações que o capital impõe. O assalariamento, que estava na gênese de algumas configurações liberais e fundamentadoras da essencialidade do trabalho, passa por novos formatos no horizonte dos *desfiliados* e dos *inimpregráveis*. A chamada *sociedade do não-trabalho*, dos serviços, da informação, da técnica, da reificação do mercado, da desregulamentação, etc. contribui para a degradação da condição salarial; constitui obstáculos à possibilidade de organização estruturada; cria formatos de *individualismos* por falta de referências de lugar de trabalho - os *inúteis para o mundo*.

Desse modo, a temática do trabalho torna-se uma questão central para a compreensão do processo organizativo e do

tecido social. As novas formas de sociabilidade e organização social precisam tematizar e resgatar a questão da cidadania do trabalho para além das fronteiras do mercado moderno, adentrando na ótica da economia popular e de solidariedade, da pressão por políticas públicas não excludentes e, muito menos, promotoras do desemprego aberto e da perda da qualidade do emprego. Algumas iniciativas estão acontecendo, seja de forma mais orgânica, seja mais fragmentadas e localizadas, as quais problematizam a naturalização do mercado e da inovação tecnológica como processos fraccionadores e construtores do social, ao mesmo tempo em que o destroem. Os *incluídos fora do mercado* ocupam espaços sociais de exclusão e, ao mesmo tempo, são desafiados a encontrar formas próprias de inclusão, ainda que sejam marginais, sob o âmbito da solidariedade, da economia moral e popular. É desse modo que rediscutir o problema do trabalho e/ou da *empregabilidade* (noção tão em moda) é, acima de tudo, reconceituar e rediscutir o direito de cidadania e da sociabilidade, de economia solidária como suporte de vínculo social, de autonomia e de autovalorização.

A barbárie produzida pelos agentes do capital, mediada pelas leis do mercado concorrencial, sob a égide de políticas e Estados neoliberais, deve se fazer sentir. O combate à alienação, ao desemprego, à exclusão e/ou inclusão marginal deve ser um imperativo dos que se identificam com a solidariedade e com a cidadania em nome da verdadeira modernidade, que objetiva emancipação social principalmente da *classe-que-vive do trabalho*.

O veio solidário

O campo de análise e de ações efetivas do solidarismo está ganhando corpo no meio social e popular, já se caracterizando em experiências concretas, ainda que limitadas. A literatura disponível² já nos indica que o meio acadêmico, especialmente as ciências humanas, sociais e, em parte, agronômicas, está interessado em tematizar os pressupostos teóricos, organizacionais, mercantis e valorativos das ações econômicas solidárias, populares e autogestionárias.

O avanço e a necessidade de ações objetivadoras de produção, comercialização e consumo, as quais permitem gerar renda e emprego em espaços locais e/ou regionais, apressam análises teóricas, encontros avaliativos (indutores e esclarecedores), clareza nos conceitos, consciência dos processos (organizacionais, mercantis/mercadológicos, culturais e valorativos) e, acima de tudo, a visualização da possibilidade de um projeto macrossocietário que contenha pressupostos coletivizantes e humanizantes.

As inúmeras ações que pretendem ser solidárias já se situam em âmbitos diferenciados em termos de concepção. Há diferenciação nos rumos da solidariedade no que tange propriamente à economia solidária, à economia popular, à economia da comunidade, a determinadas formas de cooperação de trabalho, ao que se considera terceiro setor, etc.

Essas inúmeras manifestações de processos organizativos condicionam e/ou são condicionadas por pressupostos teóricos do campo humanista-cristão, servindo-se também da base analítica marxista e weberiana (esse no tocante aos valores e racionalidades adaptativas dos atores). O marco teórico liberal, seja na sua vertente clássica (Smith,

Ricardo, Malthus...) ou mais atual, seja na sua versão neoliberal/globalizante, é profundamente questionado no que tange aos pressupostos mercantis (a dinâmica da troca, da remuneração do trabalho, dos supostos do lucro, do mercado de capitais, da relação capital e trabalho, da organização do mercado, do papel dos processos tecnológicos, etc.).

Decorrente de uma teorização que vai ganhando corpo no aspecto socioeconômico, adentrando no campo organizacional, filosófico e sociológico, o veio da solidariedade apresenta-se como alternativa aos processos da globalização capitalista (Mance, 1999), como enfrentamento da exclusão e constituição de uma alternativa pós-capitalista à globalização contemporânea; como uma nova centralidade do trabalho baseada em seu horizonte crítico, transformador e emancipador.

Fala-se que, além de ser uma alternativa para fazer frente aos malefícios dos mercados e dos processos produtivos, a economia solidária tende a ser manifestação de múltiplas experiências alternativas que se constituem numa economia popular.

O que entende por solidarismo nas ações econômicas?

A população, diante da necessidade, da falta de alimentação, de saúde, de trabalho, organiza-se de uma forma associativa com o objetivo de melhorar a vida.

O *projeto* pressupõe algo planejado, organizado. Deseja-se que as experiências tenham um caráter aberto e dinâmico. Não pelo prazer de sempre mudar, mas por terem presentes uma transformação mais

ampla da sociedade, uma utopia em construção. A idéia de *projeto* supõe uma visão de *totalidade*, daquilo que pensamos para toda a sociedade e do lugar que queremos ocupar. Pressupõe, então, o envolvimento em questões mais amplas: mobilizações sociais, disputas político-partidárias...

O *alternativo* nasce de uma crítica da sociedade, de uma *oposição* à forma como ela se organiza. São alternativos por nos darem uma visão de que é uma maneira de superar o individualismo e buscar a solidariedade, uma alternativa frente ao sistema que não consegue (ou não quer) resolver o problema da falta de trabalho, renda, saúde... Querem ser uma alternativa ao modo de vida da sociedade. Para isso, é necessário inovar não só em vista de objetivos imediatos - comprar uma máquina, montar uma padaria... -, porém sempre com vistas a estabelecer novas relações de trabalho, de prestação de serviços, de educação, de construção de casas, de cuidado da saúde, etc., estruturalmente diferentes das relações dominantes.

Os projetos alternativos são *comunitários* por serem feitos sempre em conjunto, de maneira partilhada, desde o planejamento até a execução, divisão das sobras... Envolve a participação de uma coletividade, com base no respeito mútuo, na fraternidade, na solidariedade e na democracia. Isso exige uma *identidade* de grupo. No cerne da experiência está a idéia de igualdade, de participação, de um alargamento progressivo de fronteiras, da integração.

Incentivados pela Cáritas e Pastorais Sociais da Igreja Católica, através da organização de excluídos, desempregados, subempregados e agricultores familiares, os projetos alternativos, conforme dom

Jayme Chemello, são formas pelas quais “o povo mesmo vai descobrindo formas de enfrentar esse gigante terrível, esse esquema terrível de fome, miséria e dominação que luta contra o povo... os projetos alternativos são um exemplo disso.”³

A dinâmica da solidariedade, pelo viés humanista, nasce e se desenvolve no campo popular; é parte integrante de seu *ethos* cultural. A economia moral (tão bem vista por Thompson⁴), a moralidade dos pobres (mais evidenciada nas periferias de nossas cidades⁵), a auto-ajuda, a reciprocidade, o mutirão em meio aos camponeses, aos caboclos, aos indígenas; o associativismo presente no espírito cooperativo que alimentou várias experiências de trabalho e de consumo; a *campesinidade* ainda presente em muitos espaços rurais no Brasil manifesta no sistema dos processos de trabalho e de sociabilidade, dentre inúmeras outras dimensões, demonstram possibilidade (como fermento) na constituição da esfera solidária.

Alimentada por esses horizontes mais *neutralizados*, a solidariedade também se fortalece pela crise de possibilidades de sobrevivência no meio rural e periférico urbano, pela dinâmica de políticas públicas e processos técnicos pouco promotores do emprego e da geração de renda para um contingente imenso da população brasileira.

O mercado informal de trabalho e de consumo, a sua profunda ligação (subordinada) ao horizonte formal, as estratégias flexibilizadoras de acumulação, de contemplação jurídica e do próprio trabalho também promovem a indução de estratégias inventivas, de experiências e de racionalidades internas e adaptativas objetivadoras de vínculos solidários.

O terreno e/ou cenário da solidariedade apresenta-se quase como que uma exigência, porém não só induzido, mas também indutor/construtor de algo mais consistente, menos efêmero e circunstancial, o que poderá constituir-se num novo processo de sociabilidade.

Embora haja muitos futuricidas e/ou pós-modernos que pregam o fim do trabalho, da história, do emprego, que dizem que o passado e o futuro perderam sentido, que a emancipação do indivíduo e/ou coletivo caiu na desgraça do individualismo liberal e no presentismo reencantado pela mídia, pelo consumo descartável e hedonista, resignados frente à racionalidade finalista e à burocratização das relações sociais e organizacionais, há os que acreditam no ser humano, no trabalho, numa sociabilidade coletiva, no valor da democracia, na ética nos vínculos econômicos, nas relações de comunidade e de solidariedade.

A crise de grandes referenciais no campo da história e sua conexão com a política, com o Estado, com a propriedade, com o trabalho, com a subjetividade abriram horizontes heurísticos para infindáveis trajetórias. Há, no entanto, um que se solidifica resgatando a solidariedade no âmbito econômico (emprego e renda), porém que se vincula e cria uma sinergia sociocultural e de criatividade, dando novos referenciais para a sociabilidade contemporânea, desafiando-a e criticizando-a.

A solidariedade no âmbito econômico não se sobrepõe a outras esferas: produz-se na concomitância. Para sua efetivação, há necessidade de uma ética, de um consenso enquanto visão de mundo, de um trabalho que se diferencia do emprego por mais que aquele contemple hierarquizações, divisões e fragmentações sociais.

A recomposição social e emancipatória do trabalho é impossível de se efetivar nos moldes do modelo produtivista por mais que seja amparado, em grande parte *ainda*, pelo Estado e/ou o jurídico. Acreditamos que a recuperação do papel central do trabalho na vida social e humana em geral só seja possível no desafio e na luta para resgatar o sentido cooperador-comunitário, para fundar a solidariedade na inevitabilidade econômica da vida. É como diz Razeto (1997), a incorporar solidariedade à economia, não no sentido de uma solidariedade mitigadora, assistencial, como mera distribuição da colheita farta para os excluídos e/ou incuídos marginalmente.

O que perpassa o espírito da organização econômica solidária é que a solidariedade deve ser parte integrante e fundante do sistema econômico em geral (produção, distribuição, maximização, consumo, prestação de serviços...). Não se quer uma espontaneidade solidária no seu sentido caritocrático, mas, sim, que a base econômica integre trabalho e valores humanos, sem fetichizar e legitimar a riqueza para alguns (poucos) e a fatalidade e resignação para outros (muitos).

O sentido solidário da economia é revolucionante, é transformador. A variabilidade de alternativas associativas, comunitárias, familiares de trabalho demonstra o potencial dinamizador de racionalidades vindas de baixo, marcadas pela autonomia e pela cooperação. Autonomia e cooperação não se excluem; ganham, sim, novos sentidos: participação, co-responsabilidade, aumento dos níveis de informação, de controle dos processos de decisão, etc., enfim, tudo aquilo que, pelas teorias econômicas e organizacionais convencionais, era apenas direito/dever de alguns.

Por que a solidariedade é revolucionária?

Em primeiro lugar, é bom dissimular alguns preconceitos e/ou pré-julgamentos.

A propriedade

A filosofia que alimenta a ação econômica solidária não quer simplesmente abolir a propriedade privada (mesmo sendo sua grande utopia) e transferi-la para a esfera pública (Estado), para a cooperativa e/ou para a associação, ou seja, para um ente jurídico/moral coletivo. O que se quer é promover a cooperação e, nessa cooperação, a autogestão dos processos econômicos e políticos que a propriedade privada propicia, seja ela da terra, seja dos meios de produção do espaço produtivo e mercantil em geral.

A forma tradicional da propriedade privada, incluindo aqui também formas de organizações cooperativas tradicionais, subordina os trabalhadores a inúmeros vínculos mercantis que os transformam em meros empregados na sua propriedade. A propriedade, na sua forma tradicional, aliena, explora, empobrece, desemprega, marginaliza, induz o trabalhador à informalidade e à precariedade de formas de trabalho; escraviza, dificilmente sendo passível de junção com a ética, com o bem comum e com a solidariedade.

A propriedade, na visão e na ação da economia solidária, não é reificada, legitimada em si mesma; possui seu significado enquanto meio (de produção) para obtenção de condições objetivas de sobrevivência coletiva; enquanto esfera maximizadora de processos econômicos solidários sob a égide da cooperação, da igualdade, da de-

mocracia, do desenvolvimento sustentável. São processos esses que se apresentam nas formas de comercialização direta, nas redes de consumo e de produção, nos processos de financiamento, nas células de consumo, de produção e de trabalho.

A propriedade é apenas um recurso, uma estratégia, não é seu elo central. A visão social que a propriedade privada possui nos vínculos de economia solidária não é fruto de uma mera doutrinação e/ou coerção de grupos de assessores, ou, então, produto de uma simples manifestação de um real que exterioriza impotência do proprietário individualizado. É, sim, um processo em construção; uma consciência que se produz na luta, na experiência, nos atos de intercâmbio, de resgate de valores comunitários/coletivos, como manifestação objetiva de maximização de fatores econômicos.

As bases das teorizações econômicas convencionais não agregam valor à cooperação⁶ e seu sentido comunitário. Aliás, deram-lhe sentido de atraso, de anacronismo, de anti-racional. Os novos conceitos econômicos de propriedade, de trabalho, de cooperação fundam-se na racionalidade mesma desses âmbitos, porém, ligados ao bem-estar dos seres humanos, deverão surgir da reflexão que avalia a experiência, dos desafios da ruptura da forma de ser tradicional, do compromisso profundo com a solidariedade e com os ideais compartilhados com a ética que norteia um projeto histórico de uma nova civilização.

É possível estar no mercado, ser empreendedorista e adotar uma nova cultura organizacional?

A grande maioria dos estudos sobre economia solidária tende a ser unânime em afirmar que a longevidade das experiências solidárias se dá pela potencialização de seus vínculos externos: o apoio institucional externo (absorção de políticas públicas, assessorias técnicas, informações mercadológicas...), a capacidade de diversificação produtiva, o senso de oportunismo, o planejamento estratégico que demanda uma visão menos imediatista, a consciência da previsibilidade, dos riscos e sacrifícios.⁷

Não significa, com isso, dizer que as práticas de economia solidária em nada se diferenciam da racionalidade capitalista, já que se servem de seus mesmos referenciais. Nada disso. Otimizar fatores de produção, adotar planejamento, qualificação técnica, agir produtivamente (aumento da produtividade), adentrar em mercados (concorrência, eficiência/eficácia, qualidade), ampliar capitais (locacionais, técnicos, de saber-fazer e organizacionais), dentre outros, não significa dar seqüência e segmento à racionalidade econômica empresarial tradicional. É possível direcionar esses fatores pelo caminho da cooperação e da solidariedade comunitária, valorizando e potencializando o trabalho e os trabalhadores.

A economia solidária, ainda que produzindo um germen de um processo civilizatório diferente, não é e nem quer ser/estar extemporânea. A sua contemporaneidade é que a justifica e que mostra sua importância, malgrado suas resistências e desafios. É possível uma combinação lógica. O capi-

tal, na sua forma tradicional, serve-se de uma racionalidade que não lhe é própria, mas que lhe propicia maximização de fatores de acumulação.⁸ Não é isso que as práticas solidárias almejam. Querem, sim, resgatar processos inevitáveis da racionalidade técnico-econômica e produtivista como os fatores de mercado, de gerenciamento, de inovação, etc., porém *traduzi-los* no seu horizonte da cooperação solidária, democrática e de valorização do trabalho.

Gaiger deixa claro isso que estamos tentando dizer:

... almeja-se a racionalização dos recursos, a qualificação do trabalho, a produção para o mercado, o aumento de produtividade, a planificação, os investimentos crescentes, etc. Não faltam discussões, cursos e cartilhas sobre como atingir essas metas. Insiste-se porém na distinção entre essa nova concepção empresarial e aquela da economia estatal ou capitalista, por razões idênticas ao que se observa no âmbito dos projetos: em contraposição aos mecanismos de rentabilidade e de lucro do sistema capitalista, os empreendimentos solidários atingem maior racionalidade com base numa potencialização do trabalho em benefício dos produtores. Isto é, assumem os parâmetros de produtividade e eficiência da economia competitiva valendo-se da cooperação e por essa via realizando os interesses de seus associados (Gaiger, 1996, p. 114 - 115).

Além dos desafios da inserção mercantil de seus produtos e práticas econômicas em geral, as ações de economia solidária enfrentam o problema das experiências de vida de seus membros. A educação para a solidariedade exige uma ressocialização que vai acontecendo com a experiência, com seus altos e baixos, com a ruptura do

imediatismo, da perspectiva unicamente pessoal, do valor até então instrumental da cooperação. Daí a necessidade de teorizações, de avaliações e reflexão das próprias práticas. O elemento de maximização econômica é importante, porém não se basta a si mesmo. As expectativas dos projetos alternativos solidários requerem uma nova racionalidade econômica, porém que não negue almejar acumulação e crescimento, possibilidades econômicas; que tenha a *razão de ser* na própria cooperação e nos pressupostos democráticos que a fundamentam.

A economia solidária esforça-se por romper os preconceitos que a noção tradicional de empresa carrega em seu seio. É possível falar em *empresa solidária*. Se isso é possível, então não há mal nenhum em almejar a geração de excedentes, acompanhamento tecnológico de processos de produção e de comercialização (desde que não sejam meros poupadores de mão-de-obra); é possível pensar em assessorias gerenciais, contábeis e organizacionais externas que não sejam só os grupos que já o fazem (ONG, Cáritas, cooperativas...).

A *economia social* ou a *forma social solidária de produção* (Gaiger, 1996) não precisa ser um horizonte paralelo ao modo convencional empresarial; muito menos ser uma mera alternativa estratégica às formas já existentes de organização do trabalho que se bastam a si mesmas. Acreditamos que deve ser, sim, um horizonte em relação a um processo civilizatório que tem o comunitário, o cooperativo como princípio. Para tanto, precisa estar em profunda relação com os processos sociais da sociedade em geral, enfrentando, em seu cotidiano, os conflitos, as ambigüidades, as contradições que daí decorrem.

Problemas e desafios na construção de uma economia popular solidária

A construção de um novo projeto de sociedade, baseado na solidariedade, é um desafio. Busca-se uma economia na qual as relações produtivas e mercadológicas sejam mais humanas.

A noção de *economia popular solidária*, bem como sua prática, ainda é bastante confusa. Muitos são os desafios que precisamos enfrentar, discutir, clarear, construir... Como tudo o que é novo, esse processo requer um empenho para uma nova *práxis* das organizações da sociedade civil; requer também uma proposta de um cooperativismo popular. Precisamos transformar a *globalização competitiva* numa *globalização cooperativa solidária*. As práticas *de cima para baixo* precisam mudar para práticas dialógicas e *de baixo para cima*.

A partir da dimensão pessoal, o ser humano busca na comunidade ser sujeito consciente, através da relação consigo mesmo, com os outros e com a natureza. Ao se encontrar como pessoa de direitos e deveres, constrói a cidadania enquanto sujeito ativo e é capaz de tomar parte na história.

A economia popular solidária é um processo em construção; seu desenvolvimento exige enfrentar muitos desafios; enfrentar o individualismo e buscar a cooperação. O grupo cooperativo precisa ser o argumento principal. Enquanto buscamos uma economia solidária e continuamos dando preferência às formas individuais de produção, prestação de serviços e consumo, não estamos ajudando a solidificar os empreendimentos econômicos solidários. As

mudanças devem começar pela pessoa humana, passando pela família, a comunidade e perpassando a esfera política, construindo um projeto popular de desenvolvimento para a sociedade. A cidadania plena busca, necessariamente, a transformação social. Não podemos admitir uma sociedade concentradora da riqueza e do poder nas mãos de poucos, em detrimento da grande maioria do povo, que fica submetido a repartir as migalhas. O diálogo é a chave para que as experiências sejam bem-sucedidas. É através do diálogo que o saber é colocado em comum e a participação se democratiza.

Os trabalhadores precisam vencer a mentalidade de submissão e subserviência. Infelizmente, eles estão acostumados a ser mandados e a obedecer; quase sempre foram empregados. Precisam se emancipar.

É necessário superar o imediatismo e aprender a fazer processos. As coisas não acontecem de uma hora para outra. O processo requer planejamento, persistência e clareza.

O desenvolvimento sustentável deve ser estabelecido como padrão. Os empreendimentos econômicos solidários devem primar pela ecologia, desenvolvimento e sustentabilidade, trazendo melhor qualidade de vida.

Deve haver união entre o espírito empresarial e solidário nas experiências de geração de trabalho e renda. Só assim estabeleceremos novos padrões de relacionamento no processo produtivo. É importante a organização de redes de economia popular solidária. A imagem da pessoa que não pode viver sozinha e precisa do grupo precisa ser transferida para a necessidade de as experiências estarem unidas entre si, ganhando força e fazendo valer sua proposta.

Os compromissos assumidos devem ser coerentes com a prática e os valores éticos.

A agregação de valores aos produtos agrícolas através de agroindústrias é importante meio de desconcentração de renda. É também meio de os agricultores poderem comercializar seus produtos diretamente aos consumidores, em feiras e mercados.

Deve haver a formação de redes entre os diversos empreendimentos solidários, bem como influenciar em toda a cadeia produtiva de um determinado produto. Dessa forma, poderemos oferecer aos consumidores produtos livres de exploração em todo o seu processo produtivo e distributivo.

A parceria com universidades é importante meio de investir em pesquisa e sistematização, desenvolvimento de plantas industriais, novos produtos, estudos de mercado, propaganda, qualidade...

É necessário mudar a legislação cooperativista brasileira a fim de que grupos menores (cinco, seis, oito pessoas) possam usufruir os benefícios do cooperativismo, bem como a legislação fiscal e tributária, que ainda pesa sobre os pequenos empreendimentos.

No campo gerencial, as dificuldades e problemas se apresentam com veemência. Ligar realismo contextual com transparência decisória e administrativa não é fácil nem passível de seqüência tranqüila de macetes. É bom que se apontem também alguns aspectos importantes de gerenciamento dos empreendimentos solidários presentes na literatura sobre o tema (ver Gaiger et al. 1999, 1996; revista *Proposta*, n. 75, 1997/98; outros materiais do Cedope).

Um dos aspectos apontados é o enfrentamento da participação democrática e sua eficiência em termos de agilização e de garantia da dinâmica da ação de cooperação.

Para optar em direção ao campo da ação solidária, não basta a consciência da carência, do limite do trabalho individualizado, do desemprego, da precariedade das relações de trabalho que apresentam e que *nor-teiam* esse caminho. Os resultados econômicos objetivos e concretos do ramo solidário ajudam, mas não são suficientes, o que demanda socialização e convencimento, rituais e simbologias (família, parentesco, comunidade, o local/lugar...) que manifestem um outro vínculo societário, aproximando-se de conceitos universalizantes, como democracia, igualdade na diferença, cooperação com individualidade.

Outros principais problemas de gerenciamento apontados por analistas e assessores também se fazem presentes, o que não é só demérito de empreendimentos solidários, mas das micro e pequenas empresas, solidárias ou não, coletivas ou individuais:

- dificuldade de acionar novas linhas de produção, agregando valores aos produtos já existentes;
- impossibilidade de fazer um cálculo e um controle contábil que possa contemplar os custos gerais, a diferenciação e os processos fragmentados de tempo de trabalho dos cooperados;
- dificuldade para garantir disponibilidade de fluxo de caixa no sentido de dispor de reserva para saldar dívidas, promover uma justa remuneração do trabalho;

- enfrentamento da noção solidária em concomitância com as regras de mercado, o qual, de certa forma, não é nem um pouco adequado ao solidarismo. Porém, ao mesmo tempo, é impossível suprimir por completo seus pressupostos de troca, de acumulação, de uma lógica econômica alienante, fetichizante e promotora da extração de sobretrabalho;
- a manutenção de vínculos com o Estado sem permitir a estatização dos processos (regulação, normatização e apropriação);
- atendimento das aspirações econômicas (competitividade, inovação, agilidade de decisões) com o espírito solidário. Acumular e associar-se, num processo concorrencial, poderá fazer parte da economia popular sem deixar se viciar pela dinâmica capitalista da necessidade de crescer e acumular pela exploração. A dificuldade está em humanizar uma cadeia (rede) de relações que vão desde os fornecedores, passando pelos produtores e, desses, para os consumidores. Essa rede concentrada, empática e sinérgica precisa estar constantemente realimentada, integrada, ampliada, diversificada em termos de informações, trabalhadores, assessores, matéria-prima, agregações e vínculos relacionais e dialógicos em âmbitos locais.

Alguns teóricos, dentre eles Nuñez (1997), mostrando a possibilidade de contemporaneizar e enfrentar as necessidades da acumulação com o associativismo, chegam a chamar as ações solidárias de uma lógica de acumulação alternativa, ou, então, de uma nova forma social de produção.

As ações econômicas solidárias têm o desafio de ligar os saberes seculares de atores sociais e culturais com processos inovadores em termos técnicos e metodológicos de ação produtiva (Gaiger, 1999), priorizando a cooperação e efetivando ganhos em eficiência, garantindo, assim, a própria sobrevivência dos envolvidos e grandes benefícios sociais.

Normalmente, as práticas solidárias se dão em âmbito do local/lugar e regional, aproveitando de aspectos locais, culturais e institucionais (públicos) maximizadores do processo cooperativo e econômico. Esse enraizamento local⁹ não pode se auto-apoiar.

Há uma literatura do campo da ação solidária que fala da agregação e da gestão em redes desmembradas em células, o que implica transcender-se do local, descentralizar, co-participar e democratizar. As ações em redes poderão vincular matéria-prima, produção, comercialização e consumo, todas numa dimensão solidária (Mance, 1999). O grande desafio está em criar um sistema de gerenciamento democrático que, ao mesmo tempo, contemple especificidades setoriais e locais; que informe; que possa direcionar novas células, enfim, que possa fazer do local uma expressão de macroestrutura de cooperação solidária e eficiente em termos valorativos e econômicos.

Um outro grande problema/desafio a enfrentar é no tocante às demandas de recursos externos. Há consciência de sua inevitabilidade. Sabe-se que os caminhos dos mercados de capitais convencionais de injeção de recursos em determinados setores, ao invés de se tornarem solução, constroem problemas, o que nem sempre é fru-

to de mau gerenciamento desses recursos e, sim, de sua metodologia de ação.

O que se evidencia é uma maior sensibilização de determinados ramos financeiros para o campo popular. Experiências em outros países demonstram a existência de inúmeras agências de financiamento a projetos solidários e ecológicos.¹⁰ Existem bancos fundados com esses objetivos, assim como há linhas de créditos estaduais e municipais, motivados por gestores públicos comprometidos com o campo da ação popular.

Por mais que sejam formas diferenciadas e alternativas de ação financeira - o que alivia um pouco o peso do acesso ao capital de risco -, a dificuldade está em maximizar esses recursos, em compensá-los no âmbito econômico solidário sem cair num vício assistencialista e dependente. O fato de encontrar mecanismos que não adentrem nem para o Estado, nem para o mercado na sua expressão atual - alternativa essa que alguns chamam de *terceiro setor* - não significa que não estejam imbuídos de interesse público e que também não obedeçam aos mínimos processos condutores do mercado de capitais.

A dinâmica da eficiência dos recursos deve se manifestar nas experiências de geração de renda e emprego para os envolvidos, bem como na satisfação e cooperação no âmbito da qualidade, do menor preço, orientados pelo crescimento e bem-estar coletivo.

Um outro grande problema/desafio diz respeito ao processo de remuneração do trabalho. Não há dúvida, o trabalho é a questão central nas ações solidárias. Seu valor monetário, moral, social, simbólico, ético e humano deve ser experienciado,

sentido no vivido. Manter, apropriar e agregar espaços de trabalho faz parte da filosofia da ação solidária. A valorização do trabalho próprio, expressa na satisfação e na remuneração, é algo que tem de se fazer sentir.

Não há uma teorização econômica que defina parâmetros consistentes para a remuneração do trabalho solidário. Os macetes nem sempre funcionam. As variáveis são muitas e as formas diferenciadas de ações também. Cargos, hierarquias, divisão do trabalho e de saber, sócios, proprietários, terceirização, contratados, níveis de produtividade individual e setorial, necessidade de redução de custos para não encarecer o produto, flexibilidade de horários e tarefas, responsabilidades e compromissos diferenciados, absenteísmo, negligência, rodízio de tarefas, especialização e setorização de tarefas, realocação de trabalhadores, dentre muitas outras, manifestam a dificuldade em dar conta dessa questão da remuneração.

Não obstante a inexistência e a operância de fórmulas para dar conta da racionalização na remuneração, o desafio está em congregar participação democrática nas decisões e, nessa, da remuneração por excelência, que, ao mesmo tempo, motive os trabalhadores e maximize o produto do trabalho no mercado.

A noção de equidade deve socializar o indivíduo no coletivo. Para tanto, noções como trabalho associado (em vez de divisão do trabalho), cooperação (em vez de hierarquização e divisão de papéis), aprendizagem e criatividade (em vez de cumprimento de tarefas), satisfação de necessidades (em vez da forma seca e pragmática da acumulação de capital) são importantes nos âmbitos materiais, ético-culturais e societais.

Algumas experiências de economia popular solidária em construção: Projetos Alternativos Comunitários (PAC) na região de Passo Fundo

A Cáritas no Rio Grande do Sul mantém um Fundo Rotativo Solidário - FRS - para apoio aos PAC,¹¹ através de um convênio com Misereor e KZE da Alemanha.¹² Para cada tipo de projeto, são levados em conta critérios específicos, dependendo também da realidade de cada local. São classificados três tipos de projetos, quais sejam:

- *Emergenciais*: ações de socorro imediato, mas que buscam também ser iniciativas educativas. Grupos em situação de risco de vida: combate à fome, à miséria e à exclusão social;
- *Projetos sociais*: de caráter social e formativo nas áreas de moradia, saúde, formação assistência social, cultura popular, promoção da mulher;
- *Projetos econômicos ou produtivos*: além de serem sociais e educativos, têm um caráter produtivo e de desenvolvimento econômico. Têm como objetivo central a geração de renda e a formação da consciência política. São:
 - * indústrias - confecções, industrialização de alimentos (pequenas padarias, confeitarias, móveis, esto-farias, serralharia, artesanatos...;
 - * produção agrícola - fortalecimento da agricultura familiar, da produção agroecológica e de agroindústrias;

- * prestação de serviços - cooperativas de trabalho, limpeza, reciclagem, restaurantes, oficinas...;
- * comercialização - transporte, estruturação de centrais de venda, feiras, etc.

O trabalho de incentivo e acompanhamento dos PAC dá-se com base em alguns pressupostos:

- todo incentivo é concedido através de grupos, o fundo não apóia iniciativas individuais. O objetivo é incentivar o associativismo e a economia popular solidária como formas de saídas para os problemas, enfrentando-os de maneira coletiva. São elaborados materiais formativos e educativos, tais como: *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no Rio Grande do Sul*; *Trocando em miúdos*,¹³ *Cartilha sobre economia solidária*,¹⁴ Texto-base para organização de projetos alternativos comunitários;¹⁵ *A economia solidária no Rio Grande do Sul: viabilidade e perspectivas*,¹⁶ e outros. Esses servem tanto para formar como para informar. Além disso, o próprio roteiro de apresentação de projetos foi elaborado, inclusive, para fazer parte do processo de formação;
- existem roteiros comuns para a elaboração dos projetos: um modelo para os projetos sociais e outro para os projetos econômicos ou produtivos. A esses são anexados o Regimento Interno, os termos de cedência de espaços para o trabalho, os levantamentos de preços em lojas, etc. O orçamento do projeto, que compreende parte de investimentos pró-

prios (contrapartida do próprio grupo) e parte de pedido ao Fundo Rotativo é item que faz parte do próprio roteiro de projeto. Para os projetos de desenvolvimento econômico, é exigido estudo de mercado e viabilidade econômica;

- os projetos, após um período de carência, passam a devolver ao Fundo Rotativo Solidário os recursos que receberam, no todo ou em parte. Para os projetos sociais, um percentual de até 60 %; para os projetos produtivos a devolução, é de 100%, mais uma taxa fixa de 3%. As parcelas são corrigidas pelo INPC,¹⁷ que, por sua vez, corrige um índice próprio do Fundo Rotativo mantido pela Cáritas, o FRS, a cada dois meses;¹⁸
- o projeto, para receber apoio financeiro do fundo, precisa envolver, no mínimo, três pessoas. Geralmente, os projetos sociais atingem um número bem maior de pessoas, ao passo que os de desenvolvimento econômico produtivo, muitas vezes, não conseguem se viabilizar com muitas pessoas e, em geral, atingem um número mais limitado (três a oito pessoas);
- o grupo precisa ter clareza da proposta participativa e democrática e um espírito solidário;
- a elaboração do projeto e regimento interno deve ser feita em conjunto pelos participantes do grupo;
- os PAC buscam mudança nas relações entre capital e trabalho através do incentivo ao trabalho coletivo, com rotatividade nas funções de coordenação e gerenciamento;

- para garantia da devolução, é feito um contrato mútuo entre a Cáritas e o grupo, com um aval solidário do próprio grupo;
- todo processo é acompanhado por uma comissão estadual e comissões diocesanas de projetos alternativos comunitários, bem como pelas equipes Regional e Diocesana de Cáritas. Há também a participação de outras pastorais, como a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral Operária.

Esses projetos estão se concretizando por todo o estado do Rio Grande do Sul. Na região de Passo Fundo, são em torno de 120. Alguns deles enfrentam problemas de viabilização econômica; outros, problemas de relacionamento interno; outros, ainda, a falta de capacitação e análise de mercado. A coordenação sente a falta de um maior envolvimento de institutos de pesquisa e assessoria técnica. A insuficiência de recursos humanos para o acompanhamento aos PAC também é um dos problemas enfrentados.

Por fim, cabe salientar que o FRS é um instrumento de crédito solidário. Tudo o que entra é imediatamente reinvestido em novos projetos. Já foram apoiados com este fundo mais de mil projetos no Rio Grande do Sul, dos quais mais de cem foram auxiliados com o retorno dos recursos dos próprios PAC. Esse índice é significativo se analisarmos que os critérios da devolução dos valores recebidos foram se concretizando ao longo dos anos. No início, em 1986, os projetos não devolviam nada; depois de alguns anos, passaram a devolver de 30 a 40% dos recursos recebidos; tempos depois, 70 a 80%, e somente após os anos de 1997 e 1999 os projetos produtivos e econômicos passaram a devolver 100 % do valor recebido.

A experiência de comercialização direta

Durante a segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990, várias experiências de comercialização direta aconteceram no estado do Rio Grande do Sul. Mesmo acontecendo em regiões diferentes, mantinham-se articuladas através de uma coordenação estadual. Dessa experiência surgiram diversas cooperativas que uniam produtores rurais e trabalhadores urbanos numa relação de troca.

Em Passo Fundo, 12 grupos de trabalhadores urbanos, juntamente com uma Associação de Agricultores de São Domingos do Sul e oito de Ronda Alta, mantiveram durante quatro anos (1997 a 1990) um projeto de Comercialização Direta entre produtores e consumidores, chamada *Cooperação Fraterna Agricultores e Operários - Cofao*. Foi uma rica oportunidade de intercâmbio de produtos e, acima de tudo, uma experiência concreta de articulação e vivência coletiva. Isso porque produtores e consumidores tinham oportunidades periódicas de se encontrar e discutir os problemas de ambas as classes, de maneira solidária. Mensalmente, uma comissão representativa encontrava-se para organizar e preparar todo o processo.

A experiência chegou a atingir em torno de quatrocentos trabalhadores urbanos e cem produtores rurais. Sentia-se a necessidade da criação de um entreposto permanente e de uma estrutura mais aprimorada, pois o processo era realizado informalmente com o mutirão dos envolvidos nos dias em que acontecia a comercialização.

No início da década de 1990, o processo foi substituído pela criação da Cooperativa

Mista e de Trabalho Alternativo Ltda. Coonalter, que teve um papel importante na conscientização da população em vista de uma alimentação mais sadia e equilibrada. Através de um restaurante que servia comida natural e um pequeno entreposto de compra e venda de produtos coloniais, integrais, fibras e outros em geral, a cooperativa manteve-se até meados de 1999.

A Coonalter tinha como objetivos principais: a compra de produtos coloniais e agroindustrializados diretamente dos grupos produtores e a revenda para associados e consumidores em geral de Passo Fundo e região; trabalhar a proposta alternativa de produção, comercialização e consumo, a ecologia, a saúde e a cooperação; auxiliar as organizações de apoio aos grupos, pastorais e movimentos populares na manutenção e investimento no trabalho.

A galeria da solidariedade em Passo Fundo

Por uma iniciativa da Cáritas Diocesana de Passo Fundo, com o apoio da Diocese de Passo Fundo e da Cáritas Brasileira Nacional e Regional do Rio Grande do Sul, em 1999 surgiu em Passo Fundo a *Galeria da Solidariedade*.

A galeria é uma alternativa concreta de trabalho e renda. É também uma amostra de que a organização dos trabalhadores em grupos é capaz de estabelecer relações solidárias na produção e comercialização, ajudando, assim, a construir uma economia popular solidária, dentro de um projeto de trabalho que estabeleça como padrão o desenvolvimento sustentável.

A Galeria da Solidariedade procurou inspiração em experiências já consolidadas

ou em consolidação, uma das quais se situa na região central do estado, com sede no município e diocese de Santa Maria/RS. É o *shopping* do cooperativismo. Consiste na organização de um conjunto de grupos que mantêm no centro da cidade um ponto de venda comum para seus produtos, barateando custos e apostando no cooperativismo como forma de avançar na proposta coletiva. Algumas pessoas atendem no ponto de venda.

Através da Cooesperança, uma cooperativa criada em 1989, a Ação Social Diocesana de Santa Maria articula mais de quarenta grupos e mantém também uma feira aos sábados e um posto de venda permanente no “terminal de comercialização”. Este local é um centro de comercialização que, além das feiras, abriga e articula a comercialização permanente, a realização de feirões coloniais e feira estadual anual do cooperativismo.

Em Passo Fundo, a Galeria da Solidariedade, organizada no ano de 1999, passou a funcionar com um conjunto de oito lojas de economia popular solidária, com produção e comercialização associada, organizadas em forma de condomínio, com regimento interno individual em cada loja e um regimento interno do condomínio. O espaço não é cedido de forma paternalista. Os grupos associativos que o utilizam, além de terem o compromisso de manter as contas do condomínio e a conservação do imóvel, contribuem com um pequeno aluguel à proprietária do imóvel, que é a Caritas Diocesana, que, por sua vez, investe os recursos no atendimento da população excluída.

As lojas estão distribuídas em diversos ramos, de forma que cada uma delas cum-

pre uma função importante na galeria, servindo de âncora para as outras. Um dos pontos estratégicos na organização do projeto foi proporcionar um espaço onde as pessoas pudessem se encontrar e adquirir os produtos de que necessitam para sua vida e suas casas.

Ao todo são 13 grupos envolvidos nas lojas fixas, atingindo 62 trabalhadores, e mais 15 grupos na loja de artesanato, envolvendo em torno de 114 mulheres e quatro entidades ou organizações que utilizam mensalmente a loja para exposições. Diariamente, atuam dentro da galeria 19 pessoas, entre associados prestadores de serviço e contratados; ao todo são 176 pessoas envolvidas.

A Galeria da Solidariedade quer:

- unir através das experiências de geração de trabalho e renda o espírito empresarial e o solidário, estabelecendo novos padrões de relacionamento no processo produtivo;
- ser um local de amostra permanente de diversas experiências na área da economia popular e solidária, servindo como espaço de consolidação e reforço dos princípios cooperativistas;
- servir como ponto de articulação entre os diversos PAC rurais e urbanos, primando pela ecologia, desenvolvimento e sustentabilidade, trazendo uma melhor qualidade de vida e uma melhor organização dos grupos através de redes de produção e comercialização;
- gerar postos de trabalho em toda a cadeia produtiva, distributiva, consumo e prestação de serviços.

Além do caráter associativo dos grupos que fazem parte da galeria, ela está proporcionando uma integração maior entre os

diversos projetos. Em menos de um ano de funcionamento, já se percebe uma ajuda mútua entre os diversos setores envolvidos; vislumbra-se a possibilidade de compras coletivas da matéria-prima das diversas padarias; esgotam-se as possibilidades de compras entre os grupos participantes da galeria antes de buscar produtos fora; abrem-se possibilidades concretas de divulgação e *marketing*; favorece-se a organização para a participação em feiras e eventos de maneira coletiva; o atendimento das lojas é feito de maneira partilhada; condições e preços especiais entre os grupos, feira ecológica e instituições de assessoria/apoio, etc.

A cooperação na produção e comercialização ecológica: produtor e consumidor se encontram

A questão da retomada da produção ecológica e conseqüentes utilização e comercialização de produtos alimentícios de maneira ecológica, a princípio, não traz nada de novo. É a coisa mais antiga da história da humanidade, vindo desde que o ser humano descobriu uma maneira de utilizar os recursos naturais através da produção agrícola. O que está se fazendo hoje com a retomada da produção de alimentos de maneira ecológica caracteriza-se, entre outras, como uma maneira de tentar fazer a produção como se fazia quando se produzia sem a interferência dos químicos, mesmo com a utilização de máquinas e algumas técnicas chamadas *modernas*.

Na década de 1980, a grande euforia provocada pela utilização dos químicos co-

meçou a tornar-se preocupação. A devastação da vida do planeta, o alto índice de intoxicações no campo e na cidade, os danos ambientais, a carência da água potável, o grande êxodo rural e o inchaço das cidades sem infra-estrutura, etc. levaram ao surgimento de um novo paradigma das sociedades modernas: *a sustentabilidade*.

A agricultura brasileira está cada vez mais dependente de grandes grupos econômicos. A ilusão da modernização trouxe para os trabalhadores rurais a dependência econômica e tecnológica. As práticas alternativas, que nunca deixaram de existir, estão se fortalecendo na chamada *agricultura alternativa*, que, de uma idéia de poucos, passou a ser uma curiosidade de muitos e, logo, tornou-se um movimento crescente.

As *tendências para o terceiro milênio* apontam para dois paradoxos: de um lado, ampliar vertiginosamente a demanda e o consumo de alimentos produzidos ecologicamente¹⁹ e, por outro, a utilização da engenharia genética produzindo alimentos modificados geneticamente.²⁰

Os mercados-mundiais estão cada vez mais exigentes; a consciência e preocupação com a sustentabilidade do planeta crescem não só entre militantes dos movimentos ecológicos (produtores e consumidores), mas também em nível dos próprios governos. Por outro lado, a interferência da engenharia genética está tecendo uma tendência de que os grandes empreendimentos agrícolas se “modernizem”, buscando, através da dominação e controle de grandes multinacionais, a agricultura com base no domínio das sementes através das sementes transgênicas.²¹

Outra preocupação é com relação à biodiversidade. A introdução de sementes transgênicas coloca em risco a possibilidade da manutenção de milhares de tipos de sementes e espécies, hoje sendo resgatadas pelas organizações e produtores ecologistas. A perda da competitividade em nível internacional é ameaçada e, com isso, há uma maior dependência de nossos trabalhadores da agricultura, um poder aquisitivo muito menor, tendo em vista que a produção e consumo dos transgênicos vão fortalecer ainda mais as grandes multinacionais dos químicos e dos venenos. Para os agricultores, resta o risco da perda de mercado para os seus produtos e, para os consumidores, a ingestão de alimentos com substâncias de efeitos ainda desconhecidos.

A agricultura orgânica busca unir a ciência com as práticas populares. Pode-se constatar que a produção orgânica incorpora elementos extremamente condizentes com a agricultura familiar, cuja base de produção pode ser direcionada para essa fatia de mercado, aproveitando as tendências detectadas em benefício do fortalecimento da agricultura familiar em toda sua diversidade, sendo reforçadas, ainda, suas organizações, tanto econômica como socialmente.

A partir da experiência dos agricultores ecologistas do Rio Grande do Sul, organizados em associações, podemos destacar que existe sempre um motivo claro que leva o agricultor à produção de maneira ecológica. Evidentemente, esse motivo pode variar de acordo com o maior ou menor interesse que o produtor possui e da sua relação com outros produtores e entidades.

Entre as motivações identificamos:

- *a questão política*: percebe-se que muitas coisas precisam ser mudadas no Brasil e, dentre elas, uma é a influência que as multinacionais têm no país. Precisamos ter claro que a utilização de químicos e agrotóxicos “engorda” cada vez mais as grandes indústrias dos químicos, que, muitas vezes, são também donas dos laboratórios de remédios (produzem o veneno e também o remédio). Então, a decisão política de retomar o processo produtivo de maneira ecológica quer acabar com a dependência a essas multinacionais;
- *a questão da saúde*: de repente, o agricultor se vê diante de uma contradição: percebe que está utilizando venenos e químicos há várias décadas e, num determinado momento, até ganhou algum dinheiro com a utilização dos químicos, porém sua saúde está acabada. Crianças nascem com anomalias genéticas, vítimas de agrotóxicos; o córrego que passa nos fundos de sua casa, onde ele pescava os seus jundiás e lambaris, não tem mais peixe, está todo poluído e cheio de larvas de pernilongos, borrachudos, etc., ele não tem mais água potável; o dinheiro que recebeu pela produção está gastando com a saúde. Precisa mudar e percebe que ainda há tempo;
- *a questão econômica*: geralmente, quem parte para a produção ecológica de alimentos apenas por motivos econômicos tem uma visão parcial da proposta; se não receber uma resposta imediata, desiste. Geralmente entram para a produção ecológica porque vêem nela um mercado possível

e gerador de maior renda. O motivo econômico precisa, necessariamente, estar em consonância com os demais, pois quem busca o motivo econômico isoladamente não resiste, em vista de os resultados não serem imediatos.

Esses são alguns dos principais motivos que levam um agricultor a retomar a produção ecológica. É evidente que podem estar articulados, influenciando como um todo o processo.

A organização passa a ser, então, a palavra-chave, seja como associação, seja como cooperativa, ou de outra forma. Essa organização, além de passar pelo agricultor, passa também pelo consumidor, que, também preocupado com sua saúde e a do planeta, começa a procurar cada vez mais os alimentos isentos de químicos.

A ação coletiva ganha, assim, uma amplitude bem maior visto que deixa de ser apenas uma questão da produção (do agricultor produtor) para se tornar uma questão de consumo (tanto por parte do próprio produtor que consome seu produto como por parte do trabalhador urbano que consome o produto produzido pelo agricultor).

As experiências de produção e comercialização de produtos ecológicos de maneira associativa proliferam por todo o Brasil. Hoje existem experiências bem-sucedidas em muitos estados, dentre eles, no Rio Grande do Sul, como, por exemplo: a cooperativa Ecológica Coolméia, de Porto Alegre, além de manter um entreposto de venda de produtos ecológicos *in natura*, industrializados e através de um restaurante, mantém duas feiras em praças aos sábados, com uma boa clientela; em Passo Fundo, há o Fórum de Agroecologia, formado por dez associações de pequenos agricultores

ecologistas e cinco entidades - Cáritas Diocesa,²² Cetap,²³ PR,²⁴ Coonalter, Gesp/AT,²⁵ que mantêm todos os sábados pela manhã uma feira de produtos produzidos ecologicamente, desde abril/98, com uma excelente participação e aceitação por parte de produtores e consumidores.

A partir da feira de Passo Fundo, surgiram mais cinco em municípios da região: Casca, Ibiraiaras, Getúlio Vargas, Tapejara, Sananduva. Essas feiras enfrentam reações por parte de setores que vêm nesse processo crescente uma ameaça aos seus interesses. As experiências estão articuladas entre si, formando redes em níveis regional, nacional e internacional. Apesar das resistências, ganham proporções e se tornam uma tendência mundial.

Além de manter as feiras ecológicas, essas organizações trabalham na perspectiva da criação de novas alternativas e produtos. Como exemplo, citamos a produção de soja orgânica, que é exportada para países como Japão, Estados Unidos e França, garantindo, inclusive, um preço melhor para os produtores. Essas organizações garantem sua credibilidade através de Comissões de ética e acompanhamento técnico permanente em todo o processo produtivo e distributivo, permitindo também o acesso do consumidor a esse controle.

Considerações finais

Enfim, temos claras inúmeras dificuldades e estrangulamentos, bem como o desafio da possibilidade e da utopia que se está construindo. As ações solidárias são, acima de tudo, ações pedagógicas que pressupõem envolvimento, reflexão e avaliação, consciência também pela experiência,

projeto político e societal transformador, constante dialogicidade com os atores envolvidos e com a contemporaneidade.

O que se busca, acima de tudo, é gerar renda e trabalho para as vítimas dos processos políticos e econômicos de exclusão e/ou inclusão marginalizada. Se disso surgir uma sociedade alternativa (é bom que se evitem os encaixes e, de preferência, reencaixes!), não é obra do acaso; é fruto de pressupostos filosóficos e sociais de ação valorativa da democracia, da solidariedade, da cooperação, da verdadeira promoção das liberdades individuais e coletivas mediatizadas pelas condições materiais, culturais e éticas de organização da vida.

Hoje, fala-se em pequenos empreendimentos econômicos solidários. Já se tem, no entanto, amostras de que esses empreendimentos estão marcando referências e formando redes; começam, com isso, a ganhar forças e amplitude regional, estadual; formam redes; influenciam econômica e politicamente. Tornam-se atores cada vez mais importantes no processo de transformação das relações de dominação entre o capital e o trabalho para relações de autogestão.

Notas

- ¹ Há inúmeras críticas bem como polêmicas em torno de conceituações e pressupostos transformadores do real no que tange a cooperativas, associações de produtores e de consumidores, da chamada "economia da comunidade", etc. Porém, adentrar nessa questão toda, além de nossa imensa dificuldade, estaria nos desviando de nosso objetivo.
- ² Há um corpo teórico que avança muito nesse âmbito, seja no viés analítico-descritivo, como é o caso das análises da Cáritas (os Projetos Alternativos Comunitários - PACs), seja no âmbito da análise filosófica, econômica e social. Nesse sentido, apenas para elencar alguns, ver Euclides André Mance (1999) e vários textos disponíveis na internet: www.milenio.com.br/mance/; inúmeros textos de Luiz Inácio Gaiger, do Paul Singer; vários números

da revista *Proposta* (Fasc), dos *Cadernos Cedope* (Unisinos), da Rede *Unitrabalho*, da *Cáritas Brasileira*, textos da revista *Contexto & Educação* (Unijuí), bem como há uma literatura estrangeira (principalmente italiana e francesa) que já chega ao nosso meio sobre o tema.

- ³ Trecho de um pronunciamento de dom Jayme Chemello, bispo diocesano de Pelotas/RS, em discurso de abertura ao III Congresso Estadual de Caridades, em 1984, em Porto Alegre.
- ⁴ Brilhantes análises sobre economia moral e experiência social encontram-se em E. Thompson, *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ⁵ Ver C. Sarti. *A família como espelho*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- ⁶ O liberalismo econômico clássico fala em cooperação no sentido da solidariedade social pela dependência mútua que a divisão do trabalho cria na empresa industrial, como instrumento maximizador da especialidade, da produtividade, da habilidade, da inversão da máquina, ambos processos adequados ao dinamismo técnico, em correspondência com o modelo produtivista. Esse sentido da cooperação cria hierarquias, burocratiza, não democratiza nada a não ser o lucro entre donos dos meios de produção e as perdas para os que expõem no mercado sua força de trabalho.
- ⁷ Avaliações de projetos solidários, tanto os promovidos por Cáritas como por ONGs, cooperativas, etc., demonstram isso, ou seja, o vetor solidário pode se tornar solitário se não vier acompanhado de uma racionalidade empresarial. Ver sobre isso Gaiger (1994), Razeto (1990), Bertucci (1996).
- ⁸ O meio rural é expressivo dessa vinculação entre racionalidades e temporalidades que se cruzam pelo viés do trabalho e das relações empresariais. O vínculo do camponês com as agroindústrias, a expansão das práticas produtivas industriais do setor coureiro-calçadista (bola, tênis, tecidos) para o meio rural manifestam essa apropriação de um mundo cultural e social viabilizador da acumulação de capital urbano-industrial.
- ⁹ Essa ação local busca aproveitar recursos disponíveis no local (técnicas, matéria-prima, infra-estrutura, assessorias, agentes produtivos e mercantis), o que nem sempre significa que sejam os mais eficientes/eficazes. Determinados processos de trabalho que envolvem a agricultura familiar são expressivos dessa questão. A abertura para a percepção e absorção/apropriação de novos referenciais, sem prejudicar saberes e reduzir a força de trabalho, é fundamental para enfrentar os mecanismos concorrenciais de mercado, pois esse, em sua dinâmica geral, não se encerra no local.
- ¹⁰ Para uma análise das agências financeiras que estão voltadas para a ação solidária, ver Mance (1999), Calliari (1998).

- ¹¹ Cf. Cáritas Brasileira do RS. *Caderno de Formação*, n.1.1.15.
- ¹² Atualmente, a Cáritas Brasileira/Rio Grande do Sul está iniciando o 51º acordo com estas entidades. O primeiro convênio foi em 1986.
- ¹³ CÁRITAS REGIONAL RS. *Avaliação dos PACs no RS. Trocando em miúdos*. 1994.
- ¹⁴ CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL RS. *Economia solidária e as novas relações*. 1998.
- ¹⁵ CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL RS. *Texto-base para organização de Projetos Alternativos Comunitários*. 1999.
- ¹⁶ GAIGER, Luiz Inácio e outros. *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*. 1999.
- ¹⁷ INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, um dos menores índices inflacionários que existem no Brasil: é medido com base no poder de consumo da população com renda até oito salários mínimos.
- ¹⁸ FRS - Fundo Rotativo Solidário. No momento da liberação do recurso para auxiliar na viabilização de algum projeto, a porcentagem a ser devolvida é transformada em (x) FRS, tomando-se o valor da FRS daquele dia. Quando o grupo vai efetuar a devolução das parcelas, simplesmente é multiplicada a quantidade de FRS pelo valor (índice) da FRS do dia da devolução.
- ¹⁹ O alimento produzido ecologicamente é aquele trabalhado organicamente. O alimento orgânico não recebe, na sua produção e industrialização, nenhuma interferência de insumos químicos e sintéticos, nem aplicação de agrotóxicos, nem a mudança genética em sua semente.
- ²⁰ São os organismos modificados geneticamente - OMG, os chamados "transgênicos".
- ²¹ Os produtos "transgênicos" são resultantes de uma intervenção da ciência que possibilita transportar elementos próprios de um ser vivo para outro que não seja de mesma característica genética. Possibilita, assim, alterações genéticas entre os seres. A transgênese como ciência é utilizada há algum tempo na produção de medicamentos. A insulina, por exemplo, utilizada no tratamento de diabéticos, que têm dificuldades de produzir a insulina naturalmente em seu organismo, é fruto da transgênese. A diferença da utilização de produtos transgênicos em medicamentos e nos alimentos está em que, após a produção, os medicamentos sofrem um processo no qual os gens são mortos, ao passo de que, nos alimentos, os gens permanecem vivos. As pesquisas, porém, ainda não são suficientes para garantir que estas mudanças das características genéticas fundamentais de um ser vivo com a interferência de gens de outro ser vivo de espécie diferente (por exemplo, soja com ratos) não tragam para as pessoas e animais que se alimentam com este alimento mudanças em sua carga genética. No caso de esta mudança realmente acontecer, não podemos prever as consequências.
- ²² Cáritas Diocesana de Passo Fundo: entidade da Igreja da Diocese de Passo Fundo há mais de 27 anos atuando na área da promoção humana, formação, assistência social e emergencial. Na última década, tem concentrado sua atuação na organização de grupos associativos e cooperativos em vista de uma economia popular solidária, através de grupos de alternativas para a geração de renda no campo e na cidade.
- ²³ Cetap é uma Organização não governamental - ONG - ligada aos movimentos sociais e populares do Rio Grande do Sul. Trabalha desde 1986 com assessoria, formação e capacitação de agricultores familiares e assentados em projetos de desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia.
- ²⁴ PR - Pastoral Rural - atua junto a pequenos agricultores e juventude rural. Em Passo Fundo, ajuda a manter a Escajur - Escola Alternativa para a Juventude Rural. Atua na formação integral dos jovens rurais e pequenos agricultores.
- ²⁵ GESP/AT - Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas - Amigos da Terra. Funcionando desde 1983, desenvolve um trabalho junto à população, procurando conscientizá-la da importância de preservar o meio ambiente e apontando alternativas para isso.

Referências bibliográficas

- ADAMS, T. Modelos alternativos de cooperação: um meio de transformação pela Solidariedade. *Revista Perspectiva Econômica*, v. 24, n.1 67, p. 5-40, out./nov. 1989 (Série Cooperativismo, 1, 27).
- ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil - repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. *Revista Perspectiva Econômica, São Leopoldo* v. 32, n.1 96, 1997 (Série Cooperativismo, 40).
- BERTUCCI, Ademar. Economia popular e solidária. *Revista Solidariedade - Cáritas Brasileira*, Brasília: ABC Gráfica e Editora, ano 20, n.1 70, jan./jun. 1999, p. 6-7.
- BERTUCCI, Ademar. Limites e possibilidade de organização dos excluídos - os projetos comunitários da Cáritas Brasileira. In: GAIGER, L. I. (Org.). *Formas de combate e resistência à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 59-86.
- CALIARI, L. Alcune banche atiche/alternative in Europa. *Banca Note - Rapporto 1*. Padova, ago. 1998.
- CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL DO RS. *Texto-base para a organização de Projetos Alternati-*

- vos Comunitários. *Caderno de Formação*, n.1, 15, Passo Fundo: Pe. Berthier. 1999.
- CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL DO RS. *Avaliação dos PACs no RS; trocando em miúdos*. Porto Alegre. 1994.
- CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL DO RS. Economia Solidária e as novas relações. *Caderno de Formação* n. 1.14, Porto Alegre: Evangraf, 1998.
- CÁRITAS Diocesana de Passo Fundo. *Planejamento nos projetos alternativos comunitários*. Passo Fundo: Gráfica Battistel. 1995.
- CNBB. *Sem trabalho... por quê?* Campanha da Fraternidade 1999. Texto-base. São Paulo: Dom Bosco, 1999.
- COSTA, B et al. Produção associada: pensares diversos. *Cadernos de Educação Popular*, Petrópolis, n. 1.15, 1989.
- FIALKOW, M., Z. (Coord.). A união faz a vida. Educação cooperativa: subsídio para os professores de 11 grau. *Cadernos Cedope*, São Leopoldo, ano 10, n. 15, 1995.
- GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GAIGER, L. I. (Org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos, 1996.
- GAIGER, L. I. Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS. *Cadernos Cedope*, São Leopoldo, n. 10, 1994.
- GAIGER, L., I. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos Cedope*, São Leopoldo: Unisinos, 1999 (Série Movimentos Sociais e Cultura, n.1 15).
- JAIRA da SILVA, C. *A estratégia competitiva do cluster e a gestão através da proposta de economia da comunhão*. Texto apresentado em seminário da Administração em Foz do Iguaçu, 1999.
- MANCE, E., A. A colaboração solidária como uma alternativa à globalização capitalista. *Missioneira*, Santo Ângelo, n.16, p. 55 -90, jul. 1999.
- NUÑEZ, O. L'économie populaire et les nouveaux sujets économiques: entre la logique du capital et celles des besoins. *Alternative Sud*, v. 4, n. 2, p. 41-57, 1997.
- PINHEIRO, S. *Cartilha sobre Transgênicos*. Porto Alegre: La Salle, 1998.
- RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, n. 75, dez./ p. 91 - 99, fev. 1997.
- RAZETO, L. *Las empresas alternativas*. Tocornal: SRV Impressos, 1990.
- REVISTA ALIMENTAÇÃO. *Comemorativa ao primeiro aniversário da feira de produtos ecológicos de Passo Fundo*. Fórum de Agroecologia, Passo Fundo: Berthier, 1999.
- SCHNEIDER, J., O. *Doutrina geral do cooperativismo: fundamentos históricos e elementos para uma teoria*. Unisinos/Cescoop XXIII, 1998 (datilografado).
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 30. ed. São Paulo: Contexto, 1999.